

maior absorção do conhecimento técnico-científico sobre as dimensões sócio-culturais do desenvolvimento e da monitorização das políticas estatais.

Discute-se ainda a ambivalência que resulta da inserção de Portugal na economia-mundo, nomeadamente a que se liga à sua condição semiperiférica ou de desenvolvimento intermédio e os seus reflexos na estruturação da comunidade científica, em particular no subcampo da sociologia. De facto, assiste-se a um curioso paradoxo. Do lado do consumo, a nossa prática científica encontra-se fortemente internacionalizada, na medida em que não se reproduzem cismas que paralisaram durante décadas algumas comunidades científicas estrangeiras (estruturalismo *versus* accionalismo; positivismo *versus* construtivismo; qualitativo *versus* quantitativo; teoria *versus* empiria; etc.) nem se verificam barreiras linguísticas assinaláveis. Do lado da produção, no entanto, é ténue a visibilidade e penosa a integração nos circuitos internacionais de discussão e divulgação científicas.

Num dos testemunhos mais marcantes de *Profissão Sociólogo*, Afonso Bivar desabafa: «Custa-me a sensação, ocasionalmente reprimida, de habitar as margens de um mundo em que a *sociologia sociológica* não é especialmente amada.» Mesmo cientes desta amarga realidade, não podemos esquecer que aí reside, precisamente, a mais rica especificidade da sociologia e, porventura, a garantia da

sua autonomia. Não se pode considerar, aliás, que a sociologia portuguesa seja particularmente mal amada. O importante, todavia, é que continue a ser, sem hesitação, *sociologia*.

JOÃO TEIXEIRA LOPES

Cristina Gomes da Silva, **Escolhas Escolares, Heranças Sociais**, Oeiras, Celta Editora, 1999, 108 + XII páginas.

No panorama editorial nacional são ainda relativamente escassos os títulos dedicados ao conhecimento sociológico dos processos de escolarização que nos últimos anos têm marcado a sociedade portuguesa. Lacuna tanto mais paradoxal quanto o campo das chamadas «ciências da educação» assistiu, entre nós, a uma notável expansão nas duas últimas décadas, fazendo legitimamente prever uma homóloga procura bibliográfica. Com efeito, nos anos mais recentes verificou-se não apenas um aumento sensível do número de instituições e agentes (de ensino superior e/ou de investigação) dedicados à formação e produção científica no domínio da educação, mas também uma forte intensificação dos níveis de inteligibilidade acerca dos processos escolares requeridos pelos vários protagonistas do campo educativo — Estado, professores, encarregados de educação e público em geral.

O trabalho de Cristina Gomes da Silva, uma pesquisa sociológica de âmbito académico centrada na questão das escolhas vocacionais manifestadas em contexto escolar, vem contribuir justamente para tornar mais inteligíveis alguns dos processos sociais implicados na escolarização dos jovens.

Como há muito a sociologia tem revelado, as «escolhas» (nomeadamente as vocacionais) estão longe de corresponder a um mero exercício de livre arbítrio individual ou ainda de resultar de uma tendência puramente inata e natural do sujeito que as protagoniza. Na verdade, os processos que envolvem cada escolha são produto de fortes constrangimentos sociais: desde logo, na própria determinação da existência (ou não) de escolhas; depois, na gama (mais ou menos alargada) de «possíveis» mobilizável por cada sujeito em situação de escolha.

Ora o trabalho aqui em análise está longe de negligenciar semelhantes axiomas sociológicos. Pelo contrário, erige-os como princípios orientadores de toda a pesquisa. Partindo da interrogação inicial de «como é que os jovens constroem os seus projectos de futuro, escolar e profissional, partindo da sua experiência escolar e utilizando a estrutura de oportunidades criadas pelo sistema educativo» (p. 1), a autora vai evoluindo para a construção de uma problemática teórica, desenvolvida ao longo do primeiro capítulo, que toma o actual processo de construção social da juventude e a sua

indissociável relação com a escolarização como o seu núcleo central.

Ao equacionar — na senda, aliás, de Pierre Bourdieu — a educação escolar como «instrumento de construção de uma nova categoria social» (p. 10), que é a juventude, a autora vai apurar a sociogénese do sistema escolar para encontrar justamente a especificidade de que se reveste aquele processo de construção. E nesse apuramento detecta duas características fulcrais: a origem social elevada, por um lado, e a condição masculina, por outro, que caracterizam o público escolar a que se destina o sistema de ensino na sua génese. Estas duas características assumem uma relevância central em todo este trabalho, sendo não apenas objecto de equacionamento teórico, mas constituindo-se também como duas dimensões de análise presentes ao longo de toda a pesquisa empírica apresentada nos capítulos subsequentes.

Não obstante, pese embora a forte influência da socialização de classe e de género «na construção dos destinos escolares/sociais dos indivíduos» (p. 29) e que representa o núcleo duro de preocupações teóricas e empíricas deste trabalho, a autora não deixa de referir-se também a outro tipo de questões, que têm a ver com as consequências sociais do processo de extensão da escolaridade obrigatória que se manifestam, designadamente, na «presença constante e quotidiana do universo escolar no universo familiar» (p. 29).

O epílogo do questionamento teórico vai apontar então para duas

direcções complementares de análise: por um lado, para o apuramento da influência da socialização (familiar) de classe e de género nas escolhas escolares dos alunos; por outro, para o desvendar do contributo da escola na reprodução e/ou transformação das desigualdades sociais e de género.

A pesquisa empírica, cujos procedimentos são especificados num «anexo metodológico» final, privilegiou o método de análise extensiva, centrando-se na aplicação de um inquérito por questionário a 814 alunos de 46 turmas do 10.º ano de escolaridade em três escolas secundárias da cidade de Setúbal. Nele se inquiriam os alunos quanto à sua trajectória escolar, às escolhas vocacionais e expectativas escolares, às atitudes perante a vida profissional, à família, à escola e aos jovens e, por último, à sua caracterização social.

Os resultados desta pesquisa evidenciam, em parte, alguma homologia com os resultados de outros estudos nacionais e sobretudo internacionais. Com efeito, confirma-se também aqui a significativa importância que a socialização de classe (e de género) vem determinar na relação que os jovens estabelecem com a escola e nas opções vocacionais que aí realizam.

Por um lado, de todas as classes e fracções de classe, a pequena burguesia técnica e de enquadramento, justamente a que «mais depende do capital escolar» e, por isso, mais tende a transmitir «à geração seguinte as condições de valorização do capital que ela própria detém» (p. 49), é

a que globalmente mais se destaca pela sua excelência escolar. A origem social dos alunos é igualmente responsável, em boa medida, pelas escolhas vocacionais efectuadas no 10.º ano, verificando-se uma clara polarização entre, por um lado, a burguesia e a fracção técnica e de enquadramento da pequena burguesia, sobre-representadas nos quatro agrupamentos dos cursos gerais, predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos, e, por outro, as franjas mais desprovidas em capital económico e cultural, ou seja, a pequena burguesia de execução e o operariado, sobre-representados nos cursos tecnológicos, tendencialmente vocacionados para uma inserção mais precoce no mundo do trabalho.

Por outro lado, reconhecem-se trajectórias escolares diferenciadas em função do género, confirmando-se uma maior concentração das raparigas nos cursos gerais, contrastando com a maior «preferência» dos rapazes pelos cursos tecnológicos, o que se associa, aliás, às mais elevadas expectativas de estudos avançados demonstradas pelas raparigas comparativamente aos rapazes.

Se estas constituem as conclusões da pesquisa mais sublinhadas pela autora, outras há que, embora assumindo um estatuto relativamente secundário no corpo da investigação, revelam, na nossa perspectiva, o carácter mais inédito deste estudo. Referimo-nos, em concreto, ao desvendar do efeito *escola* no contexto do actual sistema público de ensino.

Com efeito, a eliminação formal da estrutura dicotómica do ensino secundário outrora vigente — substanciado na divisão entre liceu e escola técnica — ocorrida em meados da década de 70 faz supor, no presente, uma total diluição das distinções que lhe eram então apanágio e a consagração da equiparação absoluta entre escolas secundárias públicas. Vocacionadas para prestarem um serviço público, estas escolas estariam todas, sem excepção, igualmente receptivas à procura aleatória da população estudantil.

Cristina Gomes da Silva coloca, no entanto, algumas reservas perante semelhante presunção, o que ditou a opção de seleccionar para a pesquisa empírica três escolas secundárias com tradições diferenciadas — o ex-liceu, a ex-escola industrial e a nova escola secundária — justamente com o objectivo de «analisar e registar possíveis diferenças que permaneçam entre ‘velhas escolas’, cujas imagens reflectem a dicotomia do ensino secundário existente antes do 25 de Abril de 1974 entre ‘liceu’ e ‘escola técnica’, e escolas recentes [...] que são reconhecidas pelo público como *secundárias*» (p. 2).

O «efeito escola» sobressai claramente das conclusões da autora, com o antigo liceu a recrutar com muito maior expressividade do que as restantes os alunos oriundos da burguesia e da pequena burguesia técnica e de enquadramento, como se se perpetuassem, até aos dias de hoje, a estrutura de procura característica dos liceus, por oposição à estrutura da procura

verificada quer na antiga escola técnica, quer ainda mais fortemente na nova escola secundária, pautadas por uma percentagem significativa de alunos oriundos do operariado. Ainda que as barreiras sociais e escolares entre tipos de escola tenham sido formalmente abolidas em nome da igualdade de oportunidades no campo do ensino público, os resultados deste estudo permitem constatar a perpetuação, muito para além do seu prazo de validade institucional, das representações sociais associadas a processos de distinção inscritos duradouramente nas estruturas, o que, obviamente, não deixa de ter consequências que contrariam algumas versões mais voluntaristas do sistema escolar.

Aliás, os dados desta pesquisa permitem ir mais longe no conhecimento deste efeito *escola*. Na realidade, este processo de reprodução escolar das desigualdades sociais está longe de decorrer simplesmente das representações sociais construídas pelos agentes implicados — alunos e respectivas famílias. Aquele é, por sua vez, alimentado e reconfirmado pela resposta produzida por cada escola aos agentes que potencialmente a procuram, nomeadamente pela estrutura de oferta de formação que coloca à disposição do público — com maior ou menor incidência de cursos gerais, por contraste com os cursos tecnológicos — e pelos próprios critérios de selecção que adopta face à procura de alunos — centrados ou não nos resultados escolares dos candidatos —, contribuindo, desta forma, para a «reorientação» dessa mesma procura.

Tal constatação leva a autora a afirmar que «falar de «vocações», «tendências» ou capacidades» pouco terá a ver com efectivos procedimentos de orientação, cujo objectivo passa em primeiro lugar por informar para uma escolha mais eficaz, já que as escolhas não podem designar-se como tal, por derivarem de condicionamentos da oferta» (p. 37).

Sublinhar as passagens inovadoras que esta obra apresenta e relevar o contributo que ela representa para a consolidação do conhecimento sociológico sobre os processos escolares não significa que não se identifiquem também no corpo da obra passagens que nos merecem alguns comentários críticos. Inventariámos três.

O primeiro é de carácter teórico e diz respeito ao tratamento das questões do género. Ao apurar a sociogénese da instituição escolar, a autora conclui, como atrás referimos, pela sua identificação com um universo masculino e de classes privilegiadas, o que terá gerado consequências para a relação estabelecida entre as mulheres e a cultura. A este propósito, a autora remete para Baudelot e Establet, quando estes afirmam que «a cultura escolástica, com origens no trabalho dos eclesiásticos, foi construída sobre os alicerces daquilo a que chamam ‘cultura masculina’, determinando a passagem desta cultura para os sistemas de ensino. Podemos dizer que se tratava de uma cultura feita por homens e para homens» (p. 20). Assim sendo, não se percebe como é que um pouco mais adiante a autora subscreve sem críti-

cas a tese dos mesmos autores sobre a alegada maior «energia escolar» das raparigas, manifestada num maior investimento académico, de que resulta uma maior excelência escolar face aos rapazes e que teria como causa social a eficaz interiorização de modelos estereotipados do sexo feminino — nomeadamente a «contenção comportamental», o «intimismo» e a «interioridade» (p. 23) —, o que, diga-se de passagem, se revela totalmente incongruente com as referidas especificidades masculinas imputadas ao universo escolar.

O segundo refere-se aos meios de prova mobilizados. Para desenvolver a tese da relevância escolar da condição de género, Cristina Gomes da Silva avança com evidências empíricas sobre a especificidade das trajectórias escolares no masculino e no feminino que relevam exclusivamente de dados referidos por autores estrangeiros relativos a outras realidades nacionais. Passam-se em revista dados comparativos sobre a extensão das trajectórias escolares, a probabilidade de acesso ao ensino superior e o sucesso escolar entre os rapazes e as raparigas.

No entanto, não só porque tais dados estão amplamente acessíveis ao grande público nas publicações estatísticas nacionais, mas também porque a tese acima indicada se revela central em toda a obra, é de lamentar a total ausência de um trabalho homólogo realizado sobre a situação portuguesa. A sistematização de dados disponíveis a nível nacional permitiria certamente enquadrar de forma mais consolidada as

evidências empíricas reveladas na pesquisa específica sobre as três escolas secundárias seleccionadas. Semelhante exercício teria a vantagem adicional de possibilitar o apuramento rigoroso da especificidade que vários estudos têm atribuído à escolarização feminina em Portugal, comparativamente com a observada na generalidade do contexto europeu, permitindo deste modo confrontá-la com as tendências apontadas pelos autores consultados.

O terceiro diz respeito à análise dos dados empíricos obtidos e refere-se a uma incongruência dos resultados apresentados. Quando a autora procede ao apuramento da classe social de origem dos alunos que constituem o total da amostra das três escolas secundárias (quadro n.º 2.2, p. 41), acaba por concluir, apressadamente, ser «a classe mais frequentada o operariado (25,3%)» (p. 40). Tal não corresponde à realidade e resulta de um erro de classificação das classes e fracções de classe consideradas, tendo sido neste estudo contabilizadas as três fracções da pequena burguesia habitualmente discriminadas nos estudos que envolvem o apuramento das classes sociais — a pequena burguesia técnica e de enquadramento, a pequena burguesia de execução e a pequena burguesia proprietária —, como se de três classes sociais autónomas verdadeiramente se tratasse. Somando as percentagens referentes aos alunos originários destas três fracções da pequena burguesia, verifica-se que esta constitui, de facto, e por larga maioria (64,2%), a verdadeira fonte de recrutamento estudantil das três escolas consideradas.

Resta-nos apenas esperar que mais títulos como este venham a enriquecer o património colectivo da sociologia da educação em Portugal.

MARIA MANUEL VIEIRA

A. Lemos Figueiredo, C. Lorga da Silva e V. Sérgio Ferreira, Jovens em Portugal: Análise Longitudinal das Fontes Estatísticas (1960-1997), Oeiras, Celta Editora, 1999, 272 páginas.

Num momento em que vão proliferando estatísticas sobre as mais diversas temáticas sociais e em que a informação ocupa um lugar importante no conhecimento da sociedade portuguesa é indiscutível o interesse deste livro sobre os *jovens em Portugal*.

No âmbito dos trabalhos do Observatório Permanente da Juventude, e após o levantamento e sistematização de uma vasta base estatística relativa aos jovens portugueses, este estudo, da autoria de três sociólogos, divulga muita dessa informação, procedendo a uma síntese e análise da mesma.

Se bem que o título do estudo (bem como algumas das reflexões feitas ao longo do texto) refira que se trata de uma análise longitudinal da informação estatística, a perspectiva de abordagem não segue o percurso, ao longo das várias idades, de con-